

COOPERNOP

COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ.

CNPJ 15.242.442/0001-11

Rua Rio de Janeiro, 788 – Água do Veado – Cornélio Procópio/PR.

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE ATIVIDADES

Exma Senhor Presidente da Camara Municipal do Município de Cornélio Procópio/PR.

Na qualidade de representante legal da Instituição abaixo qualificada, venho respeitosamente encaminhar o relatório circunstanciado de atividades até a presente data e requerendo seu apoio para requerer a concessão do **TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL**.

Cornélio Procópio-PR, junho/2022.

A. IDENTIFICAÇÃO.

Nome/Razão Social: COOPERNOP – COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DE CORNÉLIO PROCÓPIO/PR.
CNPJ: 15.242.442/0001-11
Endereço Sede: RUA RIO DE JANEIRO, 788 – BAIRRO AGUA DO VEADO – CORNÉLIO PROCÓPIO/PR
Cidade/ UF: CORNÉLIO PROCÓPIO
Telefone: (43) 99906 6487 - 9 8840 1515

B. DOCUMENTO LEGAL DE REGISTRO.



JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 14/03/2012
SOB NÚMERO: 41400021360
Protocolo: 12/089567-6, DE 13/02/2012

COOPERNOP – COOPERATIVA SOLIDÁRIA
DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETÁRIO GERAL

Eder de Paula Ferreira
RG 8.153.469-1 - P-2

C. BREVE CURRÍCULUM Representações, Títulos e Registros:

- Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA)
- Conselho Municipal de Saúde;
- Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (CORESAN-REGIONAL CORNÉLIO);
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas;
- Conselho Municipal de Educação;
- Conselho Municipal FUIFundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.
- REPAS (NORTE PIONEIRO) – Rede Evangélica Paranaense de Assistência Social;



COOPERNOP

COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ.

CNPJ 15.242.442/0001-11

Rua Rio de Janeiro, 788 – Água do Veado – Cornélio Procópio/PR.

HISTÓRIA E FUNDAÇÃO DA COOPERNOP

Para que o desenvolvimento sustentável possa acontecer, é necessário equacionar as formas de gestão às transformações econômicas, sociais e ambientais locais em curso.

O objetivo é que o município tenha instrumentos para buscar o crescimento econômico, em harmonia com a preservação ambiental, de forma que os recursos naturais sejam utilizados de maneira racional e renovável, ao mesmo tempo que promova as necessárias melhorias sociais.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E O COOPERATIVISMO

O cooperativismo e a economia solidária surgem como alternativas ao desemprego e geração de renda, em especial às populações mais empobrecidas. Atuam diretamente na promoção do acesso aos direitos iguais aos recursos econômicos, com base em estratégias de desenvolvimento.

Por isso, é possível sim que o Brasil volte a crescer com mais sustentabilidade. Mas, para que isso ocorra, é urgente e necessário que sejam efetivadas políticas públicas e legislações que fomentem e expandam o cooperativismo e a economia solidária.

GRUPO ORAR E O COOPERATIVISMO

O GRUPO ORAR, entidade não governamental, filantrópica, **tem por finalidade prestar assistência ao cidadão de baixa renda e que se encontra privado das necessidades básicas e mínimas pertinentes ao ser humano, garantindo o cumprimento no que se diz respeito ao artigo 6º da Constituição Federal.** Portanto, ao adentrar este campo social, o GRUPO ORAR, com seus projetos sócio ambientais, altera este quadro lastimável, comprovando por atos concretos e eficazes que é possível criar oportunidades e formar cidadãos mais qualificados e devidamente instruídos para o exercício de uma profissão. Assim, proporcionando, melhoria em seu padrão de vida de forma permanente.

A criação de cooperativas (ECONOMIA SOLIDÁRIA), é para nós, o melhor e mais rápido método de mudar o cenário do desemprego e da desigualdade social. Realizamos no dia 22/03/2011 o **"I FÓRUM MUNICIPAL DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DE CORNÉLIO PROCÓPIO"**. A Economia Solidária propõe requisitos que serão de grande utilidade para nosso público alvo. Capacitação profissional para os desempregados e encaminhá-los ao mercado de trabalho, aperfeiçoamento profissional, geração de renda e articulações com outras entidades e associações de bairros.



COOPERNOP

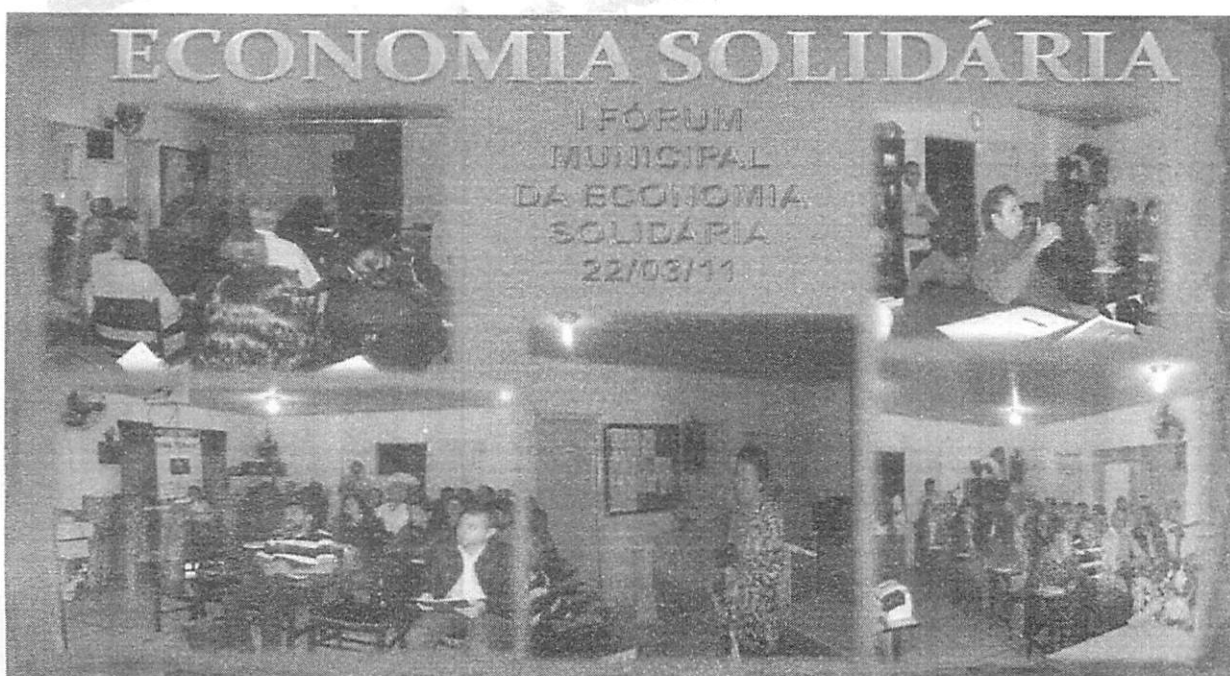
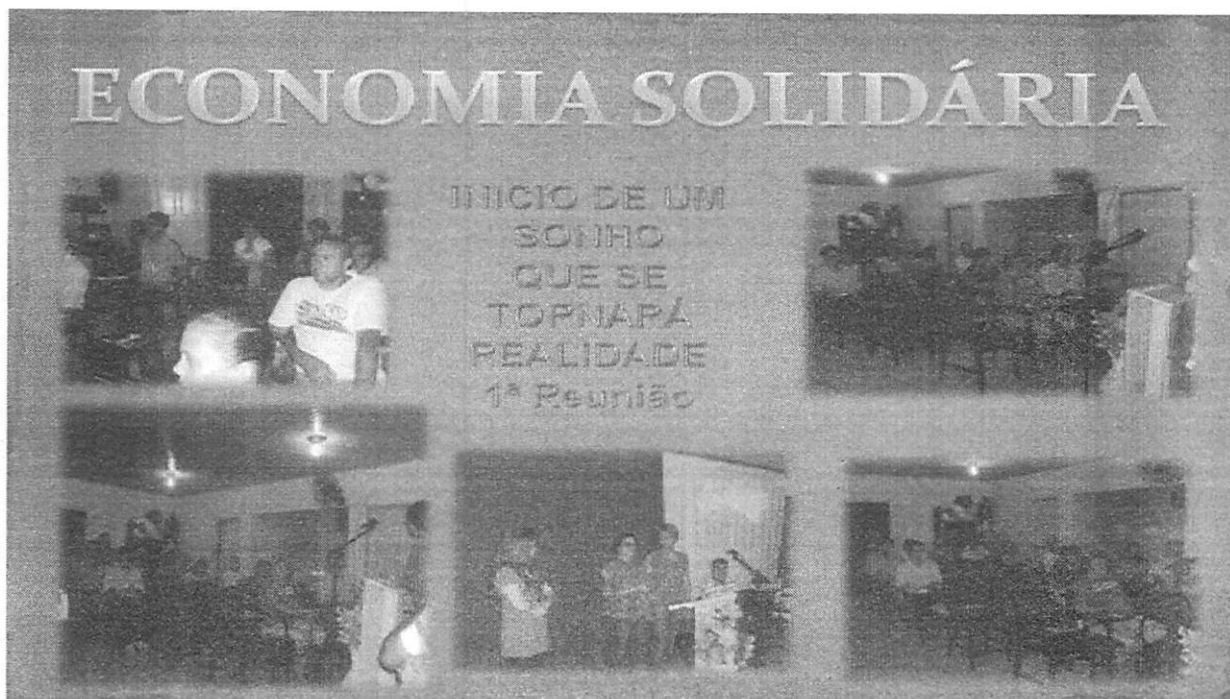
COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ.

CNPJ 15.242.442/0001-11

Rua Rio de Janeiro, 788 – Água do Veado – Cornélio Procópio/PR.

FUNDAÇÃO DA COOPERNOP

Desde março de 2012, nasceu a COOPERNOP, com a visão de oportunizar cidadãos em situação de vulnerabilidade social, resgatar auto estima, preservar o meio ambiente, combater o desperdício, capacitar, gerar renda e principalmente fortalecer vínculos familiares e sociais.





COOPERNOP

COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ.

CNPJ 15.242.442/0001-11

Rua Rio de Janeiro, 788 – Água do Veadão – Cornélio Procopio/PR.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

1º FÓRUM
MUNICIPAL
DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA
22/03/11



ECONOMIA SOLIDÁRIA

COOPERATIVA DE RECICLAGEM



PALESTRA COM A
PROFESSORA
CLÁUDIA C. FEIJÓ
UNOPAR – LONDRINA
COLETA SELETIVA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS

08/08/11

SEDE DA ONG

Participantes:

TIRO DE GUERRA

IAP

UENP

DOM BOSCO

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS

SECRETARIA MEIO AMBIENTE

POLÍCIA MILITAR

PROFISSIONAIS LIBERAIS

CÂMARA DE VEREADORES

IPEVS

BANCO DO BRASIL



COOPERNOP

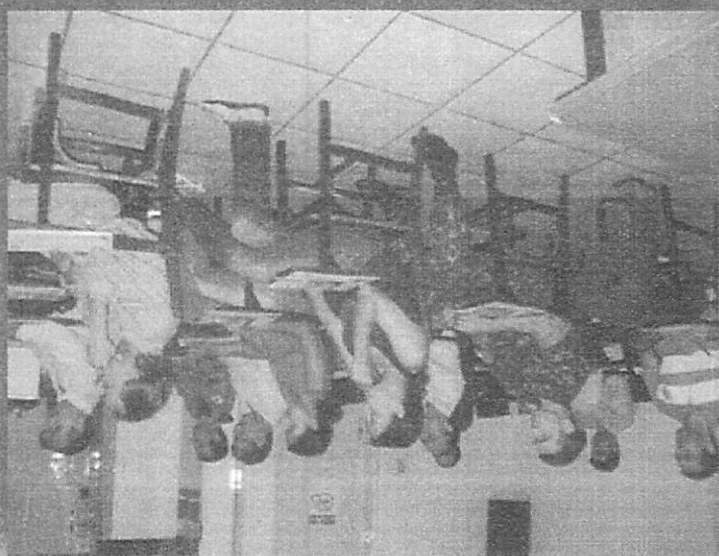
COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ.

CNPJ 15.242.442/0001-11

Rua Rio de Janeiro, 788 – Água do Veado – Cornélio Procopio/PR.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

COOPERATIVA DE RECICLAGEM



PALESTRA COM A
PROFESSORA
CLAUDIA C. FEIJÓ
UNOPAR – LONDRINA
COLETA SELETIVA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS
08/08/11
SEDE DA ONG

Participantes:

TIRO DE GUERRA

IAP

UNEP

DOM BOSCO

ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS

SECRETARIA MEIO AMBIENTE

POLÍCIA MILITAR

PROFISSIONAIS LIBERAIS

CÂMARA DE VEREADORES

IPÉVS

BANCO DO BRASIL

Implantação de uma Cooperativa RECICLAGEM



Primeiro Projeto:
Reciclagem de Lixo
(organização e união de duas
associações já existentes e
catadores autônomos)

✉ coopernopcp2012@gmail.com

☎ (43) 99906-6487



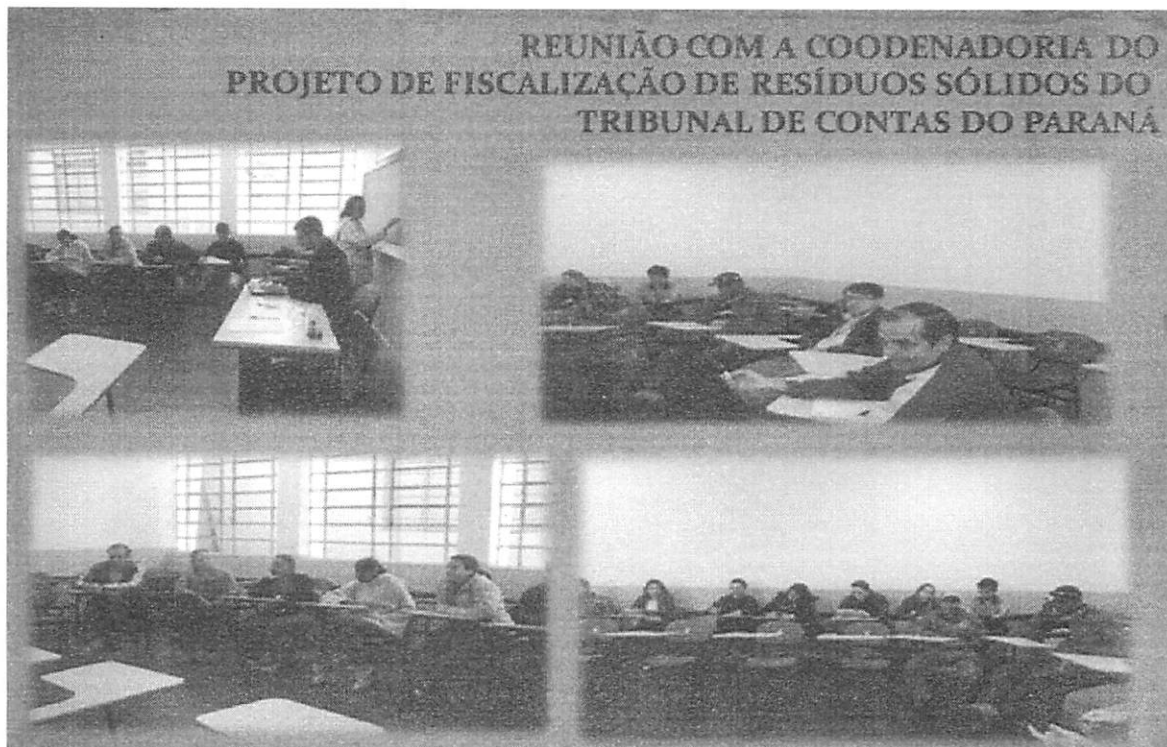
COOPERNOP

COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ.

CNPJ 15.242.442/0001-11

Rua Rio de Janeiro, 788 – Água do Veado – Cornélio Procópio/PR.

AÇÕES:



CONVITE



A Presidente da
ONG "ORAR",

Cláudia Moreira, convida seus parceiros, amigos e colaboradores para participarem de uma reunião com a Gerência do Banco do Brasil, agência de Cornélio Procópio, para discutirmos o apoio do Banco do Brasil através do Programa DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável a Reciclagem do Resíduos Sólidos, onde será abordado fundos através da Fundação Banco do Brasil para um de seus projetos sociais a

"COOPERNOP"

COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ,

Será no dia 17/04/12 as 08hrs e 30min. na sede da AABS, que fica na BR389, KM 98
CORNÉLIO PROCÓPIO - PARANÁ





COOPERNOP

COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ.

CNPJ 15.242.442/0001-11

Rua Rio de Janeiro, 788 – Água do Veado – Cornélio Procopio/PR.



1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL **DO MEIO AMBIENTE**

SÃO JERÔNIMO DA SERRA **PR**

AGOSTO/2013

BUSCANDO CONHECIMENTO E PARCEIROS:





COOPERNOP

COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ.

CNPJ 15.242.442/0001-11

Rua Rio de Janeiro, 788 – Água do Veado – Cornélio Procópio/PR.





COOPERNOP

COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ.

CNPJ 15.242.442/0001-11

Rua Rio de Janeiro, 788 – Água do Veado – Cornélio Procópio/PR.

COOPERNOP

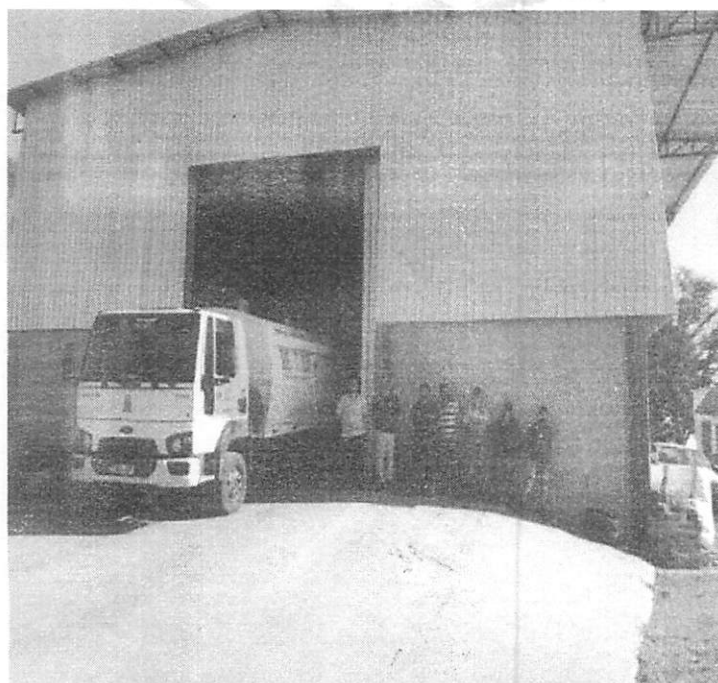
INICIO DAS ATIVIDADES NO BARRACÃO:

BARRACÃO DE RECEBIMENTO E TRIAGEM: BR 369 – ENTRADA DE CORNÉLIO



NOS DIAS ATUAIS:

RUA RIO DE JANEIRO, 788 – BAIRRO ÁGUA DO VEADO



☎ (43) 99906-648 /

✉ coopernopcp2012@gmail.com

📧 @coopernop.cp

Página 9 de 11



COOPERNOP

COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ.

CNPJ 15.242.442/0001-11

Rua Rio de Janeiro, 788 – Água do Veado – Cornélio Procópio/PR.

COOPERNOP
COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM
DO NORTE DO PARANÁ
CNPJ: 15.242.442.0001-11



- Inclusão Social
- Geração de Renda
- Sustentabilidade
- Preservação Ambiental



(43) 99906 6487 
Rua Rio de Janeiro, 788
Bairro Água do Veado

ESTAMOS RECEBENDO MATERIAIS RECICLÁVEIS
(PAPÉIS, LIVROS, ELETRÔNICOS, ÓLEO DE COZINHA,
FERROS, SUCATAS, PAPELÃO, PLÁSTICOS, ETC.).



COOPERNOP
CORNÉLIO PROCÓPIO/PR.

Local de recebimento e triagem dos
materiais recicláveis.



Educação Ambiental – Crianças, nosso futuro..



**COOPERNOP, RECICLAGEM
CONSCIENTE!** 





COOPERNOP

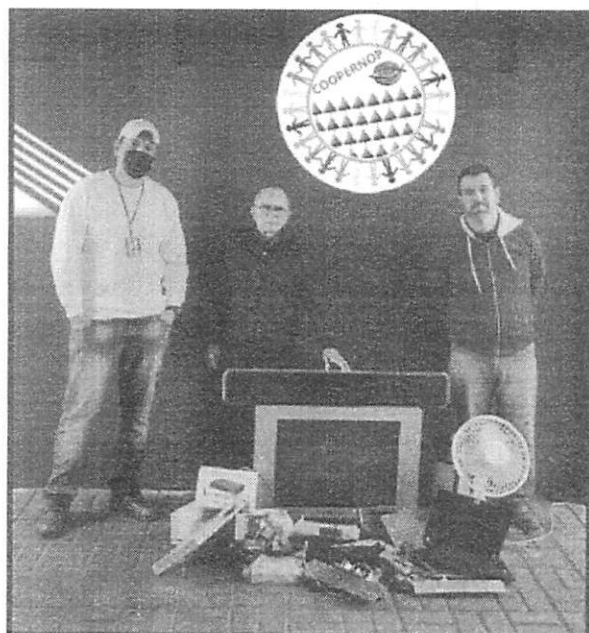
COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ.

CNPJ 15.242.442/0001-11

Rua Rio de Janeiro, 788 – Água do Veado – Cornélio Procópio/PR.

PARCERIAS:

IAT



CLÁUDIA MOREIRA
(43) 99906-6487
Presidente
INSTITUTO
ÁGUA E TERRA





COOPERNOP

COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ.

CNPJ 15.242.442/0001-11

Rua Rio de Janeiro, 788 – Água do Veado – Cornélio Procópio/PR.

Cornélio Procópio/PR, 29 de junho de 2022.

Ofício n.º 007-COOPERNOP/2022

De início apresentamos nossa grande estima aos diligentes trabalhos de Vossa Excelência, principalmente no que tange ao apoio em atividades socioambientais de interesse coletivo e social.

Outrossim, é notório em toda nossa região que a COOPERNOP realiza atividades de reciclagem no município de Cornélio Procópio e região em sistema de cooperativismo, desde o ano 2012.

Ademais, verifica-se que as atividades desenvolvidas ultrapassam a esfera da reciclagem em si, vez que são realizadas ações de conscientização mensalmente junto às escolas e outros parceiros, acerca da importância da reciclagem ao meio ambiente e toda a economia que a separação do lixo traz à sociedade.

Dessa forma, encaminha-se a Vossa Excelência a documentação da Cooperativa que requer a concessão de Utilidade Pública Municipal para fortalecer as atividades desenvolvidas pela entidade através de eventuais parcerias com o ente municipal.

Encerramos com votos de estima e distinta consideração, mantendo-nos à disposição para eventual documentação complementar.

Cornélio Procópio, 29 de junho de 2022.

Cláudia Moreira
Presidente COOPERNOP

CLÁUDIA MOREIRA
(43) 99906-6487
Presidente

Prezada Senhora:
ANA PAULA FERREIRA
Vereadora Municipal
Cornélio Procópio/PR



COOPERNOP

COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ.

CNPJ 15.242.442/0001-11

Rua Rio de Janeiro, 788 – Água do Veado – Cornélio Procópio/PR.

Cornélio Procópio/PR, 29 de junho de 2022.

Ofício n.º 007-COOPERNOP/2022

De início apresentamos nossa grande estima aos diligentes trabalhos de Vossa Excelência, principalmente no que tange ao apoio em atividades socioambientais de interesse coletivo e social.

Outrossim, é notório em toda nossa região que a COOPERNOP realiza atividades de reciclagem no município de Cornélio Procópio e região em sistema de cooperativismo, desde o ano 2012.

Ademais, verifica-se que as atividades desenvolvidas ultrapassam a esfera da reciclagem em si, vez que são realizadas ações de conscientização mensalmente junto às escolas e outros parceiros, acerca da importância da reciclagem ao meio ambiente e toda a economia que a separação do lixo traz à sociedade.

Dessa forma, encaminha-se a Vossa Excelência a documentação da Cooperativa que requer a concessão de Utilidade Pública Municipal para fortalecer as atividades desenvolvidas pela entidade através de eventuais parcerias com o ente municipal.

Encerramos com votos de estima e distinta consideração, mantendo-nos à disposição para eventual documentação complementar.

Cornélio Procópio, 29 de junho de 2022.

Cláudia Moreira
Presidente COOPERNOP

CLÁUDIA MOREIRA
(43) 99906-6487
Presidente

Prezada Senhora:
ANA PAULA FERREIRA
Vereadora Municipal
Cornélio Procópio/PR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.242.442/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/03/2012
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL COOPERNOP - COOPERATIVA SOLIDARIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COOPERNOP	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.12-0-99 - Outras atividades associativas profissionais
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 214-3 - Cooperativa
--

LOGRADOURO R PORTUGAL	NÚMERO 302	COMPLEMENTO B
--------------------------	---------------	------------------

CEP 86.300-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CORNELIO PROCOPIO	UF PR
-------------------	---------------------------	--------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (43) 3524-5941
---------------------	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/03/2012
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 29/06/2022 às 10:13:55 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



COOPERNOP

COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ

ATA DE CONSTITUIÇÃO

Aos décimo terceiro dia do mês de março de 2012, às dezenove horas e trinta minutos, em Cornélio Procopio, Paraná, reuniram-se em Assembleia Geral de Constituição de Cooperativa, nos termos da Lei Federal n. 5.764/71, as seguintes pessoas físicas e uma pessoa jurídica, na Rua Portugal, 302 – Centro de Cornélio Procopio, estado do Paraná, CEP 86.300-000, sede da ONG "ORAR" os membros que irão compor a COOPERNOP – Cooperativa Solidária de Reciclagem do Norte do Paraná, que terá sua sede Administrativa na Rua Portugal, 302 – B, Centro de Cornélio Procopio, estado do Paraná, CEP: 86.300-000, sede de Captação e Armazenamento na BR369 KM 91 (ANTIGO BARRACÃO DA STOO PECAS, SAÍDA PARA LONDRINA), município de Cornélio Procopio, estado do Paraná, CEP: 86.300-00 e a Presidente da ONG "ORAR", Srtª Cláudia Moreira que irá presidir essa reunião, nomearam a Srtª Maristela de Souza Moura para secretariar e lavrar a presente ata. Estão presentes os seguintes componentes que irão compor o quadro societário da COOPERNOP: Maristela da Souza Moura, casada em comunhão parcial de bens, autônoma CPF: 102.934.648-80 e RG: 3.318.877-3 SSP/PR, residente e domiciliada na rua: Antonio Neri do Prado, 176 – Jardim Primavera, no município de Cornélio Procopio, estado do Paraná, CEP: 86.300-00, e valor de quotas partes de R\$300,00 (trezentos reais); ORAR, ORGANIZAÇÃO EVANGELICA DE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL E SOCIAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO, inscrita no CNPJ: 09.157.307.0001-75, entidade sem fins lucrativos, sita na rua Portugal, 302 – Centro de Cornélio Procopio, estado do Paraná, CEP 86.300-000, representada pela sua presidente Cláudia Moreira, brasileira, solteira, comerciante, maior, portadora do CPF: 878.845.189-53 e RG 5.255.789-5 SSP/PR, residente e domiciliada na Rua: Portugal, 302 – Fundos, Centro e valor de quotas partes de R\$1.000,00 (um mil reais); Cláudio Guimarães, brasileiro, divorciado, advogado, portador do CPF: 023.677.668-19 e RG: 15.827.400 SSP/SP, residente e domiciliado na rua Antonio Paiva Jr, 34 Centro de Cornélio Procopio, estado do Paraná, CEP 86.300-000 e valor de quotas partes R\$5,00 (cinco reais); LUIS RAFAEL MOREIRA, brasileiro, solteiro, maior, autônomo, residente e domiciliado na rua Cristiano Altamiro de Assis, 391: Jardim São Silvestre em Cornélio Procopio, estado do Paraná, CEP: 86.300-000, portador do CPF: 053.660.109-77 e RG: 9.306.935-8 SSP/PR, e valor de quotas partes de R\$5,00(cinco reais); MARIA HELENA CAMARGO, autônoma, brasileira, maior, solteira, residente e domiciliada na Rua Portugal, 137 Centro de Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000, portadora do CPF: 046.040.489-08 e RG 9.388.360-2 SSP/PR e valor de quotas partes de R\$5,00(cinco reais); Cleuza Marcelino da Silva, divorciada, autônoma, maior, portadora do CPF: 878.789.929-91 E RG: 5.107.559-5 SSP/PR, residente e domiciliada na Av. Barão do Rio Branco, 346, Vila Independência em Cornélio Procopio, estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e valor de quotas


Dr. Cláudio Guimarães
09.03.2012 17.00

partes de R\$5,00 (cinco reais); **Andréia de Campos**, brasileira, solteira, maior, autônoma, portadora do CPF: 959.869.049-23 e RG 8.338.841-2 SSP/PR, residente e domiciliado na rua José Cicero Nicolau, 178, Conjunto Ailton Sena em Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e valor de quotas partes de R\$5,00 (cinco reais); **Silvia Maria Rosa**, brasileira, solteira, maior, autônoma, portadora do CPF: 804.329.309-06 e RG: 5.073.160-0 SSP/PR, residente e domiciliada na rua: José C. Nicolau, 178 Florêncio Rebolho em Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e valor de quotas partes de R\$5,00 (cinco reais); **Valdevino Guilherme Inácio de Brito**, brasileiro, autônomo, solteiro, maior, portador do CPF: 094.218.389-47 e RG: 10.322.014-9, residente e domiciliado na rua Da Figueira, 779, Jardim Figueira em Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e valor de quotas partes de R\$5,00 (cinco reais); **Vanda Maria do Carmo**, brasileira, autônoma, solteira, maior, portadora do CPF: 551.637.429-49 E RG 6.201.6167 SSP/PR, residente e domiciliada na rua José Arrebola, 37 Vila da Antena em Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e valor de quotas partes de R\$5,00 (cinco reais); **Nádia Alexandra dos Santos Santiago**, brasileira, solteira, maior, autônoma, portadora do CPF: 067.627.690-77 e RG: 8.284.939-4 SSP/PR, residente e domiciliada na Av. Barão do Rio Branco, 341 - fundos, Vila Independência em Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e valor de quotas partes de R\$5,00 (cinco reais); **Nilce Aparecida da Silva**, brasileira, casada, maior, residente e domiciliada na rua Luis Carlos Castro Monteiro, 224 - Conj. Ailton Sena em Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e valor de quotas partes de R\$5,00 (cinco reais), portadora do CPF: 055.245.419-27 e RG: 6.201.617-5 SSP/PR; **Eva Aparecida Couto da Silva**, brasileira, autônoma, divorciada, residente e domiciliada na rua: Pedro Atilio Bruniera, 43, Conj. Vitor Dantas em Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e valor de quotas partes de R\$5,00 (cinco reais), portadora do CPF: 055.424.609-09 e RG 9.882.623-0; **Mariana Antero**, brasileira, autônoma, solteira, maior, portadora do CPF: 082.449.639-64 e RG 12.540.899-0 SSP/PR, residente e domiciliada na Chácara São Judas Tadeu em Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e valor de quotas partes de R\$5,00 (cinco reais); **Maria Aparecida da Silva**, brasileira, solteira, maior, autônoma, portadora do CPF: 020.731.719-40 e RG 9.476.984-1 SSP/PR, residente e domiciliada na rua Adolfo Valim, 110 Vila da Antena em Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e valor de quotas partes de R\$5,00 (cinco reais); **Vanilza Vicentini**, brasileira, solteira, maior, autônoma, portadora do CPF: 076.949.109-09 e RG 8.292.944-4, residente e domiciliada na rua Luiz Adolfo Valim, 56, Vila da Antena em Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e valor de quotas partes de R\$5,00 (cinco reais); **Silvana Aparecida de Carvalho**, brasileira, solteira, maior, autônoma, portadora do CPF: 050.552.149-02 e RG 7.185.505-8 SSP/PR, residente e domiciliada rua Luis Adolfo Valim, 75 - Vila da Antena em Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e valor de quotas partes de R\$5,00 (cinco reais); **Irene Cândida Estácio**, brasileira, viúva, aposentada, portadora do CPF: 499.289.029-68 e RG 3.806.129-1 SSP/PR, residente e domiciliada na rua: Emilia Gomes, 144 - Centro em Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e valor de quotas partes de R\$5,00 (cinco reais); **Valderene Oliveira dos Santos**, brasileira, divorciada, professora, portadora do CPF: 597.456.149-04 e RG 4.273.629-5 SSP/PR, residente e domiciliada na rua Portugal, 394 - Centro, em Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e valor de quotas partes de R\$5,00 (cinco reais); **Ailton Alves Chaves**, brasileiro, maior, divorciado, Técnico em Administração, portador do CPF: 442.148.479-20 e RG 3.426.551-8 em Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e


Dr. *[assinatura]*
08/09/2011 V. 47-220

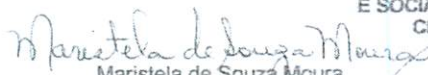
[assinatura]

valor de quotas partes de R\$5,00 (cinco reais); **Cláudia Moreira**, brasileira, solteira, comerciante, maior, portadora do CPF 878.845.189-53 e RG 5.255.789-5 SSP/PR, residente e domiciliada na Rua: Portugal, 302 - Fundos em Cornélio Procopio estado do Paraná, CEP: 86.300-000 e valor de quotas partes de R\$500,00 (quinhentos reais); O edital de convocação desta Assembleia Geral foi publicado no Jornal Papa Lucro de Cornélio Procopio, edição 669 ano 14 do dia 12 a 18 de Março de 2012, na folha 10 pagina e anexado em mural nos seguintes locais: Prefeitura Municipal, ONG ORAR, Iniciando a presente sessão a Presidente Srtª Cláudia Moreira, informa os objetivos dessa Assembleia Geral: fundação de uma sociedade cooperativa; deliberar sobre o estatuto que deverá reger sobre a vida desta sociedade cooperativa e as realizações dos associados entre si; escolha e posse dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Após, a Srtª Presidente solicitou a Secretária da sessão que fosse lido e explicado, artigo por artigo, o projeto do Estatuto da Sociedade Cooperativa, anteriormente elaborado, o qual segue anexo a essa ata. Concluída a leitura, os artigos foram colocados em discussão e, posteriormente, submetidos à votação, sendo os mesmos aprovados unanimemente pelo voto dos associados fundadores cujos nomes estão devidamente consignados nesta Ata. Em seguida, a Srtª Presidente, assumindo a direção dos trabalhos e consultando os presentes, declarou constituída a COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ, que adotará o nome fantasia de COOPERNOP, que terá sua sede Administrativa na Rua Portugal, 302 - B, Centro de Cornélio Procopio, estado do Paraná, CEP: 86.300-000, sede de Captação e Armazenamento na BR369 KM 91 (ANTIGO BARRACÃO DA STOQ PEÇAS, SAÍDA PARA LONDRINA), município de Cornélio Procopio, estado do Paraná, CEP: 86.300-000. Estando constituída e oficialmente instalada, a Srtª Presidente convidou aos presentes a procederem a eleição dos membros da Diretoria Executiva, Conselheiros Fiscais e seus suplentes. Foram suspensos os trabalhos por meia hora para que fossem organizadas as chapas concorrentes. Voltando aos trabalhos, foi apresentada apenas uma chapa para comporem a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. Procedeu-se então a votação e, apurados os votos, foram eleitos para a Diretoria Executiva os seguintes associados: **Presidente:** ORAR ORGANIZAÇÃO EVANGÉLICA DE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL E SOCIAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO, **Vice-Presidente:** Maristela de Souza Moura, **1º Secretário:** Luis Rafael Moreira, **2º Secretária:** Maria Helena Camargo, **1º Tesoureiro:** Ailton Alves Chaves, **2º Tesoureiro:** Eva Aparecida Couto da Silva, **Conselho Fiscal Efetivo:** Cláudio Guimarães, Mariana Antero, Andréia de Campos, **Suplentes:** Valdevino Guilherme Inacio de Brito, Nilce Aparecida da Silva, Vanda Maria do Carmo, os quais foram aprovados por unanimidade e terão empossados de imediato em seus devidos cargos para cumprirem um mandato de 4 (quatro) anos de novembro de 2011 a 04 (quatro) de novembro de 2015, será nomeado o Conselho Administrativo tão logo defina o CNPJ da COOPERNOP, serão formalizado os demais documentos que se fizerem necessários. As quotas foram subscritas e integralizadas neste ato, representadas por partes de R\$1,00 (um real) cada, podendo variar de acordo com o número de quotas partes subscritas, as quais não serão inferiores a 5 (cinco) quotas por parte. Por fim, a Srtª Cláudia Moreira, agradeceu a presença de todos e, conclamou para que, unidos, possam realizar todos os objetivos aos quais se propões a nova Cooperativa. Sem mais nada para discutir, deu por encerrada a Assembleia, e eu, Maristela de Souza Moura, na qualidade de secretária, lavro a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos presentes.


SAB/PR, N. 47.080

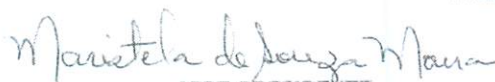



PRESIDENTE ORAR
ORGANIZAÇÃO EVANGÉLICA DE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL
E SOCIAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
CNPJ 09.157.307.0001-75


Maristela de Souza Moura
Secretária Nomeada
CPF: 102.934.648-80
CPF: 053.660.109-77



Luis Rafael Moreira
1º Secretário

PRESIDENTE DA COOPERNOP
ORAR
ORGANIZAÇÃO EVANGÉLICA DE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL
E SOCIAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO
CNPJ: 09.157.307.0001-75
CLÁUDIA MOREIRA
PRESIDENTE



VICE-PRESIDENTE
MARISTELA DE SOUZA MOURA
CPF: 102.934.648-80

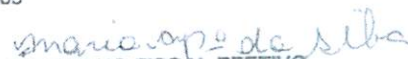

1º SECRETÁRIO
LUIS RAFAEL MOREIRA
053.660.109-77


2º SECRETÁRIA
MARIA HELENA CAMARGO
CPF: 046.040.489-08


1º TESOUREIRO
AIRTON ALVES CHAVES
CPF: 442.148.479-20



2º TESOUREIRO
EVA APARECIDA COUTO DA SILVA
055.424.609-09


CONSELHO FISCAL EFETIVO
CLAUDIO GUIMARAES
023.677.677.668-19


CONSELHO FISCAL EFETIVO
MARIA APARECIDA DA SILVA
CPF: 020.731.719-40


CONSELHO FISCAL EFETIVO
ANDRÉIA DE CAMPOS
CPF: 059.869.049-23


CONSELHO FISCAL SUPLENTE
VALDEVINO GUILHERME INACIO DE BRITO
CPF: 059.869.049-23


006101.77.080

Nilce Aparecida da Silva
CONSELHO FISCAL SUPLENTE
NILCE APARECIDA DA SILVA
CPF: 055.245.419-27

Vanda Maria do Carmo
COOPERADOS
VANDA MARIA DO CARMO
CPF: 551.637.429-49

Nádia Alexandra dos Santos
COOPERADOS
NÁDIA ALEXANDRA DOS SANTOS SANTIAGO
CPF: 067.627.699-77

Cleuza Marcelino da Silva Domingues
COOPERADOS
CLEUZA MARCELINO DA SILVA DOMINGUES
CPF: 878.769.929-91

Silvia Maria Rosa de Siqueira
COOPERADOS
SILVIA MARIA ROSA DE SIQUEIRA
CPF: 804.329.309-06

Claudia Moreira
COOPERADOS
CLÁUDIA MOREIRA
CPF: 878.845.189-53

Vanilza Vicentini
COOPERADOS
VANILZA VICENTINI
CPF: 076.949.109-09

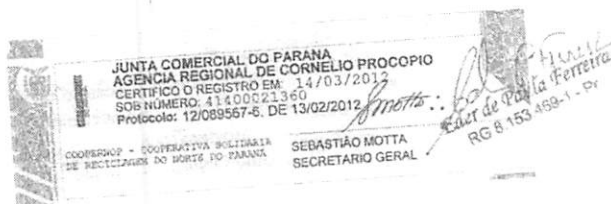
Silvana Aparecida Carvalho
COOPERADOS
SILVANA APARECIDA CARVALHO
CPF: 050.552.149-02

Irene de Candida Estácio
COOPERADOS
IRENE DE CANDIDA ESTÁCIO
CPF: 499.289.029-68

Valderene de Oliveira
COOPERADOS
VALDERENE DE OLIVEIRA
CPF: 597.456.149-04

Mariana Antero
COOPERADOS
MARIANA ANTERO
CPF: 082.449.639-64

Dr. Cidreio Guimarães
OAB/PR 7080





COOPERNOP

COOPERATIVA SOLIDÁRIA DE RECICLAGEM DO NORTE DO PARANÁ

CAPÍTULO I

SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO E ANO SOCIAL

Art.1º-A Cooperativa "COOPERNOP" Cooperativa Solidária de Reciclagem do Norte do Paraná - sociedade civil de responsabilidade limitada constituída no dia 17 novembro de 2011, regula-se pela Lei, pelos princípios da autogestão e por este Estatuto, tendo,

- a) sede administrativa em na Rua Portugal, 302 – B, Centro de Cornélio Procopio, foro jurídico na comarca de Cornélio Procopio;
- b) área de ação, para fins de admissão de cooperantes, em toda a região norte do Paraná, podendo ter grupos de cooperados em outros municípios e estados.
- c) prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º - A "COOPERNOP" tem por objetivos.

- a) Realizar parceria e convênios, bem como firmar contratos junto a Prefeituras locais e regionais, empresas privadas, Universidades, Bancos, etc., para que seus cooperantes operem a coleta, seleção, beneficiamento e vendas dos materiais recicláveis, com a finalidade de gerar renda para os cooperantes promovendo a inclusão social e o bem estar dos mesmos. Também tem a finalidade de proteger o meio ambiente e os recursos naturais, proporcionando saúde, educação e o bem estar de toda sociedade.
- b) Fornecer assistência aos cooperantes no que for necessário para melhor executarem o trabalho;
- c) Organizar o trabalho de modo a bem aproveitar a capacidade do cooperante, distribuindo-os conforme suas aptidões e interesses coletivos;
- d) Realizar, em benefício de cooperantes interessados, seguro de vida coletivo e de acidente de trabalho, convênios de saúde;



- e) Proporcionar, de "convênios", com sindicatos, prefeituras e órgãos estaduais, serviços jurídicos e sociais;
- f) Realizar cursos de capacitação cooperativista e profissional para o seu quadro social, o qual será obrigatório para os cooperados;
- g) Contribuir para recuperar a cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras da coleta, comercialização, reciclagem de materiais, com ênfase para a conscientização de seus direitos e deveres.
- h) Criar mecanismos de organização de trabalho garantindo a democracia na gestão da empresa coletiva e a justiça na distribuição dos resultados do trabalho.
- i) Firmar convênios com outras entidades cooperativas, órgãos públicos e privados, ONGS, nacionais e estrangeiros, inclusive se necessário tomará empréstimos de instituições financeiras oficiais, do poder público ou de entidades privadas nacionais e internacionais, para consecução dos seus objetivos e fins sociais.
- j) Adquirir insumos e material necessário para a produção coletiva;
- k) Promover a difusão da doutrina cooperativista e seus princípios ao quadro social;
- l) Firmar convênios com outras entidades que tenham como princípio a Economia Solidária em suas diretrizes para melhor consecução dos seus objetivos.

Parágrafo Primeiro – A COOPERNOP atuará sem discriminação política, racial, religiosa, de gênero social e não visará lucro;

Parágrafo Segundo – Será expressamente proibido aos cooperados ações políticas e partidárias, dentro da cooperativa, sob pena de exclusão imediata do mesmo.

CAPÍTULO III DOS COOPERANTES

a) DA ADMISSÃO, DEVERES, DIREITOS E RESPONSABILIDADES

Art. 3º - A admissão obedecerá a dois critérios, sendo por pessoas físicas organizadas em núcleos de produção com no mínimo cinco membros e ou por pessoa física autônoma, necessário para ambos os casos que os associados sejam trabalhadores e ou catadores de materiais recicláveis. Estes poderão associar-se à cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços. A adesão será livre e individual, mediante avaliação da assembleia e aval do Presidente.

Parágrafo único – O número de associados não terá limite quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

Art. 4º - Para associar-se, o interessado preencherá a Ficha de solicitação de, Matrícula, com sua assinatura e de mais duas testemunhas, e do representante do núcleo de seu ligamento sem as quais a ficha não será analisada,

bem como a declaração que optou livremente por associar-se, conforme normas constantes do Regimento Interno da Cooperativa. Para os interessados autônomos é dispensável a assinatura do responsável núcleo.

§1º - A idade mínima para candidatar a sócio da cooperativa é de 16 anos (como menor aprendiz) na data da ficha de solicitação e o candidato tem que possuir carteira de Registro Geral RG, Cadastro de Pessoa Física CPF, Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, bem como comprovante de endereço ou declaração de endereço com duas testemunhas que comprovem seus endereços. No caso de menor, terá que apresentar seu atestado de matrícula escolar.

§2º - O interessado deverá obrigatoriamente frequentar com aproveitamento um curso básico em Economia Solidária e de Cooperativismo Autogestionário, que será ministrado pela cooperativa ou outra entidade. O qual será obrigatório para todo o cooperante para sua participação na COOPERNOP;

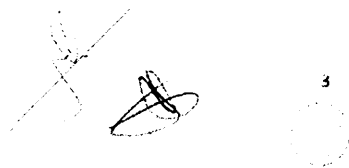
§3º - Concluído o curso o Conselho de Administração analisará a proposta de admissão e, se houver possibilidade técnica de prestação de serviços, submeterá a decisão de Assembleia Geral e do Presidente. Sendo aprovado, então o interessado subscreverá quotas-partes do capital, nos termos deste estatuto, e assinar o livro de matrícula.

Art. 5º - A subscrição das quotas-partes do Capital Social, a integração das quotas-partes nos termos deste estatuto e a assinatura no livro de matrícula completam a sua admissão na cooperativa.

Art. 6º - Cumprido o que dispõe o art. 3º o associado adquire todos os direitos e assume todos os deveres decorrentes da lei, deste estatuto e das deliberações tomadas pela cooperativa.

Art. 7º - São direitos dos cooperantes:

- a) Participar das Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados;
- b) Votar e ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas as disposições legais e pertinentes;
- c) Propor ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, ao às Assembleias Gerais medidas que julgar convenientes aos interesses sociais da cooperativa;
- d) Beneficiar-se das operações e serviços objetos da cooperativa, de acordo com este estatuto e regras estabelecidas pela assembleia geral;
- e) Examinar e pedir informações atinentes às demonstrações financeiras do exercício e demais documentos submetidos à assembleia geral;
- f) Retirar capital, juros, se houver, e sobras, nos termos deste estatuto;
- g) Solicitar o desligamento da cooperativa quando lhe convier;
- h) Solicitar informações sobre seus débitos e créditos.



b) DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 11º - A demissão do associado dar-se-á seu pedido, formalmente dirigido ao Conselho de Administração da cooperativa, por escrito, e não poderá ser negado.

Art. 12º - A eliminação do cooperante, que está realizada em virtude de infração de lei do código de ética ou deste estatuto, será feita, mediante solicitação do representante legal do núcleo ao Conselho de Administração, para advertência escrita por duas ocasiões diversas, sendo na terceira acompanhada da solicitação de desligamento do membro, ratificada pelos membros do núcleo de ligamento. Os membros autônomos, assim como ingressam exclusivamente com aval do conselho de administração também são eliminados ou excluídos na terceira advertência somente a critério do conselho de administração.

§1º - O Conselho de Administração poderá eliminar o cooperante que:

- a) Manter qualquer atividade que conflite com os objetivos sociais da cooperativa;
- b) Deixar de cumprir as obrigações por ele contratadas na cooperativa;
- c) Deixar de realizar com a cooperativa as operações que constituem seu objetivo social.

§2º - Cópia autêntica da decisão será remetida ao cooperante, por processo que comprove as datas da remessa e do recebimento.

§3º - O cooperante poderá dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que terá efeito suspensivo até a primeira Assembleia Geral, caso o Regimento do Conselho de Ética não definir outros procedimentos.

§4º - A dissolução de um núcleo dar-se-á por pedido formal assinado por 75% dos membros do mesmo o qual deve ser acatado imediatamente ou por 75% do conselho diretor que poderá ser recorrido a assembleia geral que deliberará prevalecendo a decisão por no mínimo 50%, 1 dos cooperantes com voto previsto no artigo 25 em assembleia geral, na votação pessoal.

Art. 13º - A exclusão do cooperante será feita:

- a) Por dissolução da pessoa jurídica;
- b) Por morte da pessoa física;
- c) Por incapacidade civil não suprida;
- d) Por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa.
- e) Não uso de uniformes e equipamentos de segurança que serão exigidos pela cooperativa;

Art. 14º - O ato de exclusão do cooperante, nas termos do inciso "d" do artigo anterior serão efetivados por decisão do Conselho de Administração, mediante termo firmado pelo Presidente e o Jocuriente de matrícula, com os motivos que o determinarem e remessa de comunicação ao interessado, no prazo de 30 (trinta) dias, por processo que comprove as datas de remessa e recebimento.

Art. 15º - Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão, o cooperante só terá direito à restituição do capital que integralizou, devidamente corrigido, das sobras e de outros créditos que lhe tiverem sido registrados, não lhe cabendo nenhum outro direito.

§1º - A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigida depois de aprovado, pela Assembleia Geral, o balanço do exercício em que o cooperante tenha sido desligado da cooperativa.

§2º - O conselho de Administração da cooperativa poderá determinar que a restituição deste capital seja feita em até 10 (dez) parcelas, a partir do exercício financeiro que se seguir ao em que se deu o desligamento.

§3º - No caso de morte do cooperante a restituição de que trata o parágrafo anterior será efetuada aos herdeiros legais em uma só parcela, mediante a apresentação do respectivo formal de partilha ou alvará judicial.

§4º - Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões de cooperantes em número tal que as restituições das importâncias referidas neste artigo possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da cooperativa, está poderá restitui-las mediante critérios que resguarlem a sua continuidade.

§5º - Quando a devolução do capital ocorrer de forma parcelada deverá manter o mesmo valor de compra a partir da Assembleia Geral Ordinária que aprovar o Balanço.

§6º - No caso de readmissão do cooperante, o cooperante integralizará à vista e atualizado o capital correspondente ao valor atualizado da cooperativa por ocasião do seu desligamento.

Art. 16º - Os atos de demissão, eliminação ou exclusão acarretam o vencimento e pronta exigibilidade das dívidas do cooperante na cooperativa, sobre cuja liquidação caberá ao Conselho de Administração decidir.

Art. 17º - Os deveres de cooperantes eliminados ou excluídos perduram até a data da Assembleia Geral que aprovar o balanço de contas do exercício em que ocorreu o desligamento.



CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

Art. 18º - O conselho de Administração da cooperativa definirá, através do Regimento interno, aprovado em Assembleia Geral, a forma de organização do seu quadro social.

Art. 19º - Os representantes dos núcleos junto à administração da cooperativa terão, entre outras, as seguintes funções:

- a) Servir de elo ligação entre administração e o quadro social;
- b) Explicar aos cooperantes o funcionamento da cooperativa;
- c) Esclarecer aos cooperantes sobre seus direitos e deveres junto à cooperativa;
- d) Coletar assinaturas em documentos e encaminhar ao núcleo central;
- e) Receber na conta própria do núcleo os valores de produção e produtos vendidos de cada membro e fazer o rateio dos mesmos conforme a produção de cada um.

§1º - O estabelecimento das regras que orientarão as relações econômicas, políticas e jurídicas entre os núcleos de produção e a cooperativa será definido ao Regimento Interno.

§2º - Cada núcleo realizará micro assembleias e indicará o respectivo conselheiro administrativo e ou conselheiro fiscal, a qual deverá ser protocolada na sede da COOPERNOP antes do início da assembleia geral das eleições normais do conselho diretor de administração como um todo.

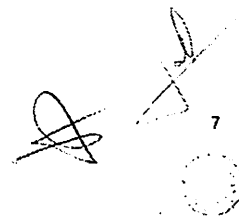
§3º - Havendo mais representantes de núcleos de produção do que o número de cargos no Conselho de Administração e Conselho Fiscal poderá haver composição de chapas para disputar as eleições, mesmo que seus componentes não contemplem todos os núcleos.

CAPÍTULO V

DO CAPITAL

Art. 20º - O capital da cooperativa, representado por quotas-partes, não terá limite quanto ao máximo e variará conforme o número de quotas-partes subscritas.

§1º - O capital é subdividido em quotas-partes no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) cada uma.



§2º - A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperantes, não podendo ser negociado de modo algum, nem dada em garantia, e sua subscrição, integralização, transferência ou resutuação será sempre escriturada no livro de matrícula.

§3º - A transferência de quotas-partes entre cooperantes, total ou parcial, será estruturada no livro de matrícula mediante termo que conterá as assinaturas de cedente de cessionário e do Presidente de Cooperativa.

§4º - O cooperante deve integralizar as quotas-partes à vista, de uma só vez, ou subscrevê-los em prestações periódicas, independentemente de chamada, ou por meio de contribuições.

§5º - Para efeito de integralização de quotas-partes ou de aumento do capital social, poderá a cooperativa receber bens, avaliados previamente e após homologação da Assembleia Geral.

§6º - Para efeito de admissão de novos cooperantes ou novas subscrições, a Assembleia Geral atualizará anualmente, com aprovação de 2/3 (dois terços) dos cooperantes presentes com direito a voto, o valor da quota-parte, consoante proposição do Conselho de Administração e do Presidente, respeitados os índices de desvalorização das moedas publicadas por entidade oficial do Governo.

§7º - Nos ajustes periódicos de contas com os cooperantes, a cooperativa pode incluir parcelas destinadas à integralização de quotas-partes do capital.

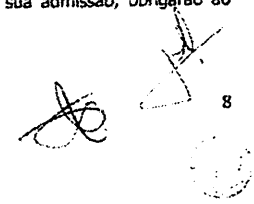
§8º - A cooperativa distribuirá juros de até 12% (doze por cento) ao ano, que são contados sobre a parte integralizada do capital se houver sobras.

Art. 21º - O número de quotas-partes do capital social a ser subscrito pelo cooperante, por ocasião de sua admissão, será variável de acordo com sua produção comprometida na cooperativa, não podendo ser inferior a dez quotas-partes ou superior a 1/3 (um terço) do total subscrito.

§1º - O critério de proporcionalidade entre a produção e a subscrição de quotas-partes, referido neste artigo, bem como as formas e os prazos para sua integralização, serão estabelecidos pela Assembleia Geral, com base em proposição do Conselho de Administração que, entre outros, considere:

- a) Os planos de expansão da cooperativa;
- b) As características dos serviços a serem implantados;
- c) A necessidade de capital para imobilização e giro.

§2º - Eventuais alterações na capacidade de produção do cooperante, posteriores à sua admissão, obrigam ao reajuste de sua subscrição, respeitados os limites estabelecidos no caput deste artigo.



8

§1º - A fim de serem apreciadas pela Assembleia Geral, as propostas dos associados, referidas em "e" deste artigo, deverão ser apresentadas ao Conselho de Administração com antecedência de um mês e constar do respectivo edital de convocação.

§2º - A igualdade de direitos dos associados é assegurada pela cooperativa que não pode estabelecer restrições de qualquer espécie ao livre exercício dos direitos sociais.

Art. 8º - São deveres do associado:

- a) Subscriver e integralizar as quotas-partes do capital nos termos deste estatuto e contribuir com as taxas de serviço e encargos operacionais que forem estabelecidos;
- b) Cumprir com as disposições da Lei e do estatuto, bem como respeitar as resoluções tomadas pelo Conselho de Administração e as deliberações das Assembleias Gerais;
- c) Satisfazer pontualmente seus compromissos com a cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial;
- d) Realizar com a cooperativa as operações econômicas que constituam sua finalidade;
- e) Prestar à cooperativa informações relacionadas com as atividades que lhe facultaram se associar;
- f) Cobrir as pedras do exercício, quando houver proporcionalmente as operações que realizou com a cooperativa se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-las;
- g) Prestar à cooperativa esclarecimentos sobre suas atividades;
- h) Levar ao conhecimento do Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal a existência de qualquer irregularidade que atende contra a lei e/ou o estatuto;
- i) Zelar pelos interesses morais e materiais da cooperativa.

Art. 9º - O associado responde subsidiariamente pelos compromissos da cooperativa perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital por ele subscrito. Esta responsabilidade, que só poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da cooperativa, subsiste também para os demitidos, eliminados ou excluídos, até quando forem aprovadas, pela Assembleia Geral, as contas do exercício em que se deu o desligamento.

Art. 10º - As obrigações dos associados falecidos, contraídas com a cooperativa, e as oriundas de sua responsabilidade como associado em face a terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano contado do dia abertura de sucessão.

Parágrafo único - Os herdeiros do associado falecido têm direito ao capital integralizado e demais créditos e ele pertencentes.

Handwritten signatures and a circular stamp are present at the bottom right of the page. The stamp contains the number 4.

CAPÍTULO VI
DA ASSEMBLÉIA GERAL

a) DEFINIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 22º - A Assembléia Geral dos cooperantes, ordinária ou extraordinária, e o Presidente é o órgão supremo da cooperativa, cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade. Suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 23º - A Assembléia Geral será habitualmente convocada e dirigida pelo Presidente.

§1º - Poderá também ser convocado pelo Conselho Fiscal, se ocorrem motivos graves e urgentes, ou ainda, após a solicitação não atendida por 1/5 (um quinto) dos cooperantes em pleno gozo de seus direitos sociais.

§2º - Não poderá votar na Assembléia Geral o cooperante que:

- a) Tenha sido admitido após a convocação; ou
- b) Infringir qualquer disposição do Artigo 6º deste estatuto.



Art. 24º - Em qualquer das hipóteses referidas na artigo anterior, as Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, com o horário definido para três convocações, sendo meia hora o intervalo entre elas.

Art. 25º - O quorum para instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

- a) 2/3 (dois terços) do número de cooperantes em condições de votar, em primeira convocação;
- b) Metade mais um dos cooperantes, em segunda convocação;
- c) Mínimo de 10 (dez) cooperantes, em terceira convocação.

§1º - Para efeito de verificação de quorum de que trata este artigo, o número de cooperantes presentes, em cada convocação, será contado por suas assinaturas, seguidas do respectivo número de matrícula, apostas no Livro de Presença.

§2º - Constatada a existência de quorum no horário estabelecido no edital de convocação, o Presidente instalará a Assembléia, e tendo encerrado o Livro de Presença mediante termo que contenha a declaração do número de cooperantes presentes, da hora do encerramento e da convocação correspondente, fará transcrever estes dados para a respectiva ata.

  9

Art. 26º - Não havendo quorum para instalação da Assembleia Geral, será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo único - Se ainda não houver quorum para a sua instalação, será admitida a intenção de dissolver a cooperativa.

Art. 27º - Dos editais de convocação das Assembleias Gerais deverão constar:

- a) A denominação da cooperativa e o número de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ seguidas da expressão: Convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;
- b) O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o local da sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será o da sede social;
- c) A seqüência ordinal das convocações;
- d) A Ordem do Dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- e) O número de cooperantes existentes na data de sua expedição para efeito do cálculo do quorum de instalação;
- f) Data e assinatura do responsável pela convocação.

§1º - No caso da convocação ser feita por cooperantes, o edital será assinado, no mínimo, por 5 (cinco) signatários do documento que a solicitou.

§2º - Os editais de convocações serão afixados em locais visíveis das dependências geralmente freqüentadas pelos cooperantes, publicados em jornal de circulação local ou regional, ou através de outros meios de comunicação.

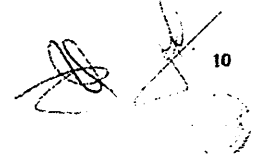
Art. 28º - É da competência das Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias a destituição dos membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.

Parágrafo único - Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da cooperativa, poderá a Assembleia Geral designar administradores e conselheiros fiscais provisórios, até a posse de novos, cuja eleição se realizará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 29º - Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos pelo Presidente, auxiliado pelo secretário "ad hoc", podendo ser também por convidados ou ocupantes de cargos nos núcleos a convite da diretoria executiva.

§1º - Na ausência do Secretário e de seu substituto, o Presidente convidará outro cooperante para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata;

§2º - Quando a Assembleia Geral não tiver sido convocada pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por um cooperante, escolhido na ocasião, e secretariado por outro, convidado por aquele, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.



Art. 30º - Os ocupantes de cargos diretivos e administrativos, como quaisquer outros cooperantes, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram direta ou indiretamente, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

Art. 31º - Nas Assembléias Gerais em que forem discutidos os balanços das contas o Presidente da cooperativa, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, as peças contábeis e o parecer do Conselho Fiscal solicitarão ao plenário que indique um cooperante para coordenar os debates e a votação da matéria.

§1º - Transmida a direção dos trabalhos, o Presidente e demais conselheiros de administração e fiscal, deixarão a mesa permanecendo no recinto, à disposição da Assembléia Geral para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§2º - O coordenador indicado escolherá, entre os cooperantes, um Secretário "ad hoc" para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na ata pelo Secretário da Assembléia Geral.

Art. 32º - As deliberações das Assembléias Gerais somente poderão versar sobre assuntos constantes do edital de convocação e os que com eles tiverem imediata relação.

§1º - Os assuntos que não constarem expressamente do edital de convocação e os que não satisfizerem as limitações deste artigo, somente poderão ser discutidos após esgotada a Ordem do dia, sendo que sua votação, se a matéria for considerada objeto de decisão, será obrigatoriamente assunto para nova Assembléia Geral.

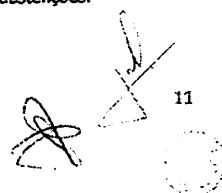
§2º - Para votação de qualquer assunto na Assembléia deve-se averiguar os votos a favor, depois os votos contra e por fim as abstenções. Caso o número de abstenções seja superior a 50% (cinquenta por cento) dos presentes, o assunto deve ser melhor esclarecido antes de submetê-lo à nova votação ou ser retirado da pauta, quando não é do interesse do quadro social.

Art. 33º - O que ocorrer na Assembléia Geral deverá constar de ata circunstanciada, lavrada no livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos administradores e fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) cooperantes designados pela Assembléia Geral.

Art. 34º - As deliberações nas Assembléias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos cooperantes presentes, com direito de votar, tendo cada cooperante direito a 1 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

§1º - Em regra, a votação será a descoberto, mas a Assembléia Geral poderá optar pelo voto secreto.

§2º - Caso o voto seja a descoberto, deve-se averiguar os votos a favor, os votos contra e as abstenções.



Art. 35º - Prescreve em 4 (quatro) anos a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral viciados de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação de lei ou do estatuto, dentro o prazo da data em que a Assembleia Geral tiver sido realizada.

b) REUNIÕES PREPARATÓRIAS

(Micro-Assembleias)

Art. 36º - Antecedendo a realização das Assembleias Gerais, a cooperativa fará Micro Assembleias, tratadas como reuniões preparatórias de esclarecimento, nos núcleos de cooperantes, de todos os assuntos a serem votados e quando da substituição de representantes do núcleo a indicação do(s) mesmo(s).

Parágrafo único - As reuniões preparatórias (Micro-Assembleias) não tem poder decisório exceto para indicação de seu(s) representante(s).

Art. 37º - As reuniões preparatórias serão convocadas pelo Conselho de Administração, com antecedência mínima de cinco dias, através de ampla divulgação, informando as datas e os locais de sua realização.

Parágrafo único - Desde que não se trate de eleições, as reuniões preparatórias poderão ser conduzidas por representantes de cada núcleo.

Art. 38º - Deverá constar na Ordem do Dia do edital de convocação da Assembleia um item específico para a apresentação do resultado das reuniões preparatórias.

c) ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 39º - A Assembleia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício sócio, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da Ordem do Dia:

- a) Resultado das pré-assembleias (reuniões preparatórias)
- b) Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do conselho fiscal, compreendendo:
 - 1) Relatório da Gestão;
 - 2) Balanço Geral;
 - 3) Demonstrativo das somas apuradas, ou das pedras, e parecer do conselho Fiscal;
 - 4) Plano de atividade da cooperativa para o exercício seguinte.

- c) Destinação das sombras apuradas ou o rateio das perdas, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios;
- d) Criação de novos conselhos, como o Conselho de Ética, definindo-lhe as funções para melhorar o funcionamento da cooperativa;
- e) Eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, e de outros conselhos, quando for o caso;
- f) Fixação dos honorários, gratificações e da cota de presença para os componentes do Conselho diretor de Administração e do Conselho Fiscal;
- g) Quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 41 deste estatuto.

§1º - Os membros dos órgãos de Administração e Fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens "b" e "f" deste artigo.

§2º - A aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de Administração não desonera seus componentes da responsabilidade por erro, dolo, fraude ou simulação, bem como por infração da lei ou deste estatuto.

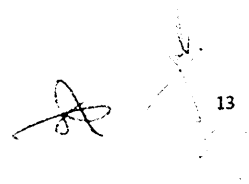
d) ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 40º - A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 41º - É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) Reforma do estatuto;
- b) Fusão, incorporação ou desmembramento;
- c) Mudança de objetivo da sociedade;
- d) Dissolução voluntária e nomeação de liquidantes;
- e) Contas do liquidante.

Parágrafo único - São necessários votos de 2/3 (dois terços) dos cooperantes presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.



e) PROCESSO ELEITORAL

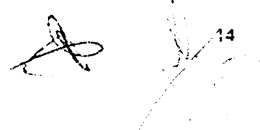
Art. 42º - Sempre que for prevista a ocorrência de eleições em Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, com a antecedência, pelo menos, idêntica ao respectivo prazo da convocação, criará um Comitê Especial composto de três membros, todos não candidatos a cargos eletivos na cooperativa, para coordenar os trabalhos em geral, relativos à eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Art. 43º - No exercício das funções, compete ao comitê especialmente:

- a) Certificar-se dos prazos de vencimento dos mandatos dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes;
- b) Divulgar entre os cooperantes, através de circulares e/ou outros meios adequados, o número e a natureza das vagas a preencher;
- c) Solicitar aos candidatos a cargo eletivo que apresentem certidão negativa em matéria cível e criminal e de protestos dos cartórios das comarcas em que tenham residido nos últimos cinco anos, bem como certidão do registro de imóveis que possam;
- d) Registrar os nomes dos candidatos pela ordem de inscrição, verificando se estão no gozo de seus direitos sociais e se foi observado o disposto no §3º do art. 4º deste estatuto;
- e) Verificar, por ocasião da inscrição, se existem candidatos sujeitos às incompatibilidades previstas nos artigos 46º e no parágrafo 1º do artigo 58º deste estatuto, fazendo com que assinem declaração negativa a respeito;
- f) Organizar fichas contendo o currículo dos candidatos, das quais constem, além da individualização e dados profissionais, as suas experiências e práticas cooperativistas, sua atuação e tempo de cooperante na cooperativa e outros elementos que os distingam;
- g) Divulgar o nome e currículo de cada candidato, inclusive tempo em que está associado à cooperativa, para conhecimento dos cooperantes;
- h) Realizar consultas e promover entendimentos para a composição de chapas ou unificação de candidatos se for o caso;
- i) Estudar as impugnações, prévia ou posteriormente formuladas por cooperantes no gozo de seus direitos sociais, bem como as denúncias de irregularidades nas eleições, encaminhando suas conclusões ao Conselho de Administração, para que ele tome as providências legais cabíveis.

§1º - O comitê fixará prazo para a inscrição de candidatos de modo que possam ser conhecidos e divulgados os nomes 5 (cinco) dias antes da data da Assembleia Geral que vai proceder às eleições.

§2º - Não se apresentando candidatos ou sendo o seu número insuficiente, caberá ao comitê proceder à seleção entre interessados que atendam às condições exigidas e que concordem com as normas e formalidades aqui previstas.



Art. 44º - O presidente da Assembléia Geral suspenderá o trabalho desta para que o Coordenador do comitê dirija o processo das eleições e a proclamação dos eleitos.

§1º - O transcurso das eleições e os nomes dos eleitos constarão da ata da Assembléia Geral.

§2º - Os eleitos para suprirem vacância nos Conselhos de Administração ou Fiscal exercerão os cargos somente até o final do mandato dos respectivos antecessores.

§3º - A posse ocorrerá sempre na Assembléia Geral em que se realizarem as eleições, após encerrada a ordem do dia.

Art. 45º - Não se efetivando nas épocas devidas a eleição de sucessores, por motivo de força maior, os prazos dos mandatos dos administradores e fiscais em exercício consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário até que se efetive a sucessão, nunca além de 90 (noventa) dias.

Art. 46º - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, fé pública ou a propriedade.

CAPÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO

a) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 47º - O conselho de administração é o órgão superior na hierarquia administrativa, sendo de sua competência privada e exclusiva a responsabilidade pela decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social, de interesse da cooperativa ou de seus cooperantes, nos termos da lei, deste estatuto e de recomendações da Assembléia Geral.

Art. 48º - O conselho de administração será composto pelo diretor presidente, diretor vice-presidente, diretor secretário e mais 3 (três) diretores suplentes, sendo todos os cooperantes no gozo de seus direitos sociais, preferencialmente eleitos nas micro assembleias nos respectivos núcleos, para um mandato de dois anos, podendo serem eleitos quantas vezes estes forem indicados.

Art. 49º - Os membros do conselho de administração escolherão entre si, no ato de sua posse, aqueles que comporão o conselho diretor para exercerem as funções de diretor presidente, diretor vice presidente, diretor

secretário e 4 diretores suplentes, cujos poderes e atribuições se definem no regimento interno da cooperativa, aprovado pela assembleia geral.

§1º - Nos impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias de um dos diretores, o diretor suplente assume o cargo em vacância.

§2º - No caso de vacância de membro do conselho de administração e fiscal será realizada eleição no núcleo que este representante em no máximo 30 (trinta) dias. E se esse fizer parte do conselho diretor, na posse do mesmo deve haver novo entendimento do conselho de administração para preencher a vacância não sendo este ocupante da função automaticamente.

Art. 50º - O conselho de administração rege-se pelas seguintes normas:

- a) Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do presidente, da maioria do próprio conselho, ou ainda, por solicitação do conselho fiscal;
- b) Delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas pela maioria simples de votos dos presentes, reservado ao presidente o voto de desempate;
- c) As deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas no fim dos trabalhos pelos membros do conselho presentes.

Parágrafo único - Perderá automaticamente o cargo o membro do conselho de administração que, sem justificativa, faltar a três reuniões ordinárias consecutivas ou a seis reuniões durante o ano.

Art. 51º - Cabem ao conselho de administração, dentro dos limites da lei e deste estatuto, as seguintes atribuições:

- a) Coordenar seus respectivos núcleos;
- b) Intermediar as relações do núcleo como a sede;
- c) Propor à assembleia geral as políticas e metas para orientação geral das atividades da cooperativa, apresentando programas de trabalho e orçamento além de sugerir as medidas a serem tomadas;
- d) Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- e) Estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços, bem como a sua viabilidade;
- f) Estabelecer as normas para funcionamento da cooperativa;
- g) Elaborar, juntamente com lideranças do quadro social, regimento interno para a organização do quadro social;
- h) Estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições de lei, deste estatuto, ou das regras de relacionamento em entidade que venham a ser estabelecidas;

- l) Deliberar sobre a admissão, eliminação e exclusão de cooperantes e suas implicações, bem como sobre a aplicação ou elevação de multas;
- j) Deliberar sobre a convocação da assembleia geral e estabelecer sua ordem do dia, considerando as propostas dos cooperantes nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 7º;
- k) Estabelecer a estrutura operacional da administração executiva dos negócios, criando cargos e atribuindo funções, e fixando normas para a admissão e demissão dos empregados;
- l) Fixar as normas disciplinares;
- m) Julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares;
- n) Avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulam dinheiro ou valores da cooperativa;
- o) Fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para sua cobertura;
- p) Contratar, quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria conforme disposto no artigo 112º da lei nº 5.764 de 16.12.1971;
- q) Indicar banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósitos de numerário, e fixar limite máximo que poderá ser mantido no caixa da cooperativa;
- r) Estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando mensalmente no mínimo o estado econômico-financeiro da cooperativa e o desenvolvimento das operações e serviços através de balancetes e demonstrativos específicos;
- s) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com expressa autorização da assembleia geral;
- t) Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens móveis, ceder direitos e construir mandatários;
- u) Fixar anualmente taxas destinadas a cobrir depreciação ou desgaste dos valores que compõem ativo permanente da entidade;
- v) Zelar pelo cumprimento da legislação do cooperativismo e outras aplicáveis, bem como pelo atendimento da legislação trabalhista perante seus empregados, e fiscal.

§1º - O diretor presidente providenciará para que os demais membros do conselho de administração recebam, com a antecedência mínima de 3 (três) dias, cópias dos balancetes e demonstrativos, planos e projetos e outros documentos sobre os quais tenham que pronunciar-se, sendo-lhe facultado, ainda anteriormente à reunião correspondente, inquirir empregados ou cooperantes, pesquisar documentos a fim de dirimir as dúvidas eventualmente existentes.

§2º - O conselho de administração solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento de quaisquer funcionários graduados para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que qualquer deles apresente previamente projetos sobre questões específicos.

§3º - As normas estabelecidas pelo conselho de administração serão baixadas em forma de resoluções, regulamentos ou instruções que, em seu conjunto, constituirão o regimento interno da cooperativa.

Art. 52º - Ao diretor presidente compete, entre outros, definidos em regimento interno, os seguintes poderes:

- a) Dirigir e supervisionar todas as atividades da cooperativa;
- b) Baixar os atos de execução das decisões do conselho de administração;

- c) Assinar, juntamente com outro diretor ou outro conselheiro designado pelo conselho de administração, cheques, contratos, e demais documentos constitutivos de obrigações;
- d) Convocar e presidir as reuniões do conselho de administração bem como as assembleias gerais e nucleadas dos cooperantes;
- e) Apresentar à assembleia geral ordinária:
 - 1) Relatório da gestão;
 - 2) Balanço geral;
 - 3) Demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas verificadas no exercício e parecer do conselho fiscal.
- f) Representar ativa e passivamente a cooperativa, em juízo e fora dele;
- g) Representar os cooperantes como solidário com os financeiros efetuados por intermédio da cooperativa, realizados nas limitações da lei e deste estatuto;
- h) Elaborar o plano anual de atividades da cooperativa;
- i) Verificar periodicamente o saldo de caixa;
- j) Acompanhar, juntamente com a administração financeira, as finanças da COOPERNOP.

Art. 53º - Compete ainda, ao conselho de administração zelar do patrimônio: compreendendo este como bens móveis, imóveis, valores monetários, aplicações bancárias de todas as naturezas e compra e venda de ações, bem como os cotas-partes dos cooperantes da cooperativa.

Art. 54º - Compete ao diretor secretário, entre outras, definidas em regimento interno, as seguintes atribuições:

- a) Secretariar os trabalhos e orientar a lavratura das atas das reuniões do conselho de administração e da assembleia geral, responsabilizando-se pela guarda de livros, documentos e arquivos pertinentes;
- b) Assinar, juntamente com o presidente, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações, bem como cheques bancários.

Art. 55º - Compete ao diretor suplente, escolhido entre seus pares, substituir qualquer um dos diretores quando do impedimento por período inferior a 90 (noventa) dias.

Art. 56º - Os administradores, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da cooperativa, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de desídia e omissão ou se agirem com culpa, dolo ou má fé.

§1º - A cooperativa responderá pelos atos a que se referem este artigo, se houver ratificado ou deles logrado proveito.

§2º - Os que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade podem ser declarado pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§3º - O membro do Conselho de Administração que, em qualquer momento referente a essa operação, tiver interesse oposto ao da cooperativa, não poderá participar das deliberações relacionadas com essa operação, cumprindo-lhe declarar seu impedimento.

§4º - Os componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

§5º - Sem prejuízo da ação que possa caber a qualquer cooperante, a cooperativa, por seus dirigentes, ou representa por cooperantes escolhidos em Assembleia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover a sua responsabilidade.

Art. 57º - Poderá o Conselho de Administração criar comitês especiais, transitórios ou não, para estudar, planejar e coordenar a solução de questões específicas, relativas ao funcionamento da cooperativa.

Art. 58º - Os administradores declaram, sob penas de lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da cooperativa, por lei especial, ou virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, a pena que vede, ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra normal de defesa da conferência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

c) ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

Art. 58º - As funções da Administração Executiva dos negócios sociais poderão ser exercidos por técnicos contratados, segundo a estrutura que for estabelecida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VIII

DO CONSELHO FISCAL

Art. 59º - Os negócios e atividades da cooperativa serão fiscalizados assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal, composto por 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes, eleitos na Assembleia Geral.

§1º - Ao membros do Conselho de Administração escolherão entre si, no ato de sua posse, aqueles que comporão o Conselho Fiscal e seus suplentes, cujos poderes e atribuições além dos estatutos, se definem no Regimento Interno da Cooperativa, aprovado pela Assembleia Geral;

§2º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no artigo 46º deste estatuto, os parentes do Conselho de Administração até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§3º - Os cooperantes não podem exercer cumulativamente cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal.

Art. 60º - O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente, uma vez por a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação mínima de 75% (setenta por cento) dos seus membros.

§1º - Em sua primeira reunião, os conselheiros escolherão, entre si, um secretário para a lavratura de atas e um coordenador, este incumbido de convocar e dirigir as reuniões;

§2º - As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

§3º - Na ausência do Coordenador será escolhido um substituto, na ocasião, para dirigir os trabalhos.

§ 4º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos de cada reunião, por todos os conselhos fiscais pendentes.

Art. 61º - Ocorrendo três ou mais vagas no Conselho Fiscal, o Conselho de Administração determinará a convocação da Assembleia Geral para eleger substitutos.

Art. 62º Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da cooperativa, examinando livros, e contas e documentos, cabendo-lhe entre, as seguintes atribuições:

- a) Conferir, trimestralmente, o saldo do numérico existente em caixa, verificando, inclusive, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- b) Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da cooperativa;
- c) Examinar se montante das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos e decisões do Conselho da Administração;
- d) Verificar se as operações realizadas e serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor às conveniências econômico-financeiras da cooperativa;
- e) Certificar-se se o Conselho de Administração vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- f) Averiguar se existem reclamações dos cooperantes quanto aos serviços prestados;
- g) Inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- h) Averiguar se há problemas com empregados;
- i) Certificar-se há exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas e quanto a órgãos do Cooperativismo;

- j) Averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância das regras próprias;
- k) Examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes para a Assembleia Geral;
- l) Dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciado a este, as irregularidades constatadas e convocar Assembleia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes;
- m) Convocar Assembleia Geral, quando houver motivos graves e o conselho de Administração se negar a convocá-las;
- n) Conduzir o processo eleitoral, coordenando os trabalhos de eleição, proclamação e posse dos eleitos, fiscalizando também o cumprimento do estatuto, Regimento Interno, Resoluções, Decisões de Assembleia geral e do Conselho de Administração.

§ 1º - Para o desempenho de suas funções, terá o Conselho Fiscal acesso a quaisquer livros, contas e documentos, a empregados, a cooperantes e outros, independente de autorização prévia do Conselho de Administração.

§ 2º - Poderá o Conselho Fiscal ainda, com anuência do Conselho e com autorização da Assembleia Geral, contratar o necessário assessoramento técnico especializado, correndo as despesas por conta da cooperativa.

CAPÍTULO IX

DOS LIVROS E DA CONTABILIDADE

Art. 63º - A cooperativa deverá, além de outros, ter os seguintes livros:

- a) Com termos de abertura e encerramento subscritos pelo Presidente:
 - 1) Matrícula;
 - 2) Presença de cooperantes nas Assembleias Gerais;
 - 3) Atas das Assembleias;
 - 4) Atas do Conselho de Administração;
 - 5) Atas do Conselho Fiscal;
- b) Autenticados pela autoridade competente:
 - 1) Livros Fiscais;
 - 2) Livros Contábeis;

Parágrafo único - É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichadas, ou devidamente numeradas.

Art. 64º - No livro de matrícula os cooperantes serão inscritos por ordem cronológica de admissão dele constatando:

- a) O nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência dos cooperantes;
- b) A data de sua admissão, e quando for o caso, de seu desligamento, eliminação ou exclusão;
- c) A conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social;
- d) Assinatura de duas testemunhas.

CAPÍTULO X

DO BALANÇO GERAL, DESPESAS, SOBRAS, PERDAS E FUNDOS

Art. 65º - A apuração dos resultados do exercício social e o levantamento do balanço geral serão realizados no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Art. 66º - Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços, pelo confronto das respectivas receitas com as despesas diretas e indiretas.

§1º - As despesas administrativas serão rateadas na proporção das operações, sendo os respectivos montantes computados nas apurações referidas neste artigo.

§2º - Os resultados positivos, apurados por setor de atividade, nos termos deste artigo serão distribuídos da seguinte forma (no mínimo):

10% (dez por cento) ao Fundo de Reserva;

5% (cinco por cento) ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES;

As sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas as taxas nas letras "a" e "b" deste artigo, serão devolvidas aos cooperados, proporcionalmente às operações realizadas com a cooperativa, salvo deliberação contrária em Assembleia Geral.

§3º - Além do Fundo de Reserva e FATES, a Assembleia poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação aplicação e liquidação.

§4º - Os resultados negativos serão rateados entre os cooperantes, na proporção das operações de cada um realizadas com a cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-los.

Art. 67º - O fundo de Reserva destina-se a reparar as perdas do exercício e atender ao desenvolvimento das atividades, revertendo em seu favor, além da taxa de 10% (dez por cento) da sobras:

Os créditos não reclamados pelos cooperantes, decorridos 5 (cinco) anos;

Os auxílios e doações sem destinação especial.

Art. 68º - O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social -FATES, destina-se à prestação de serviços aos cooperantes e seus familiares, assim como aos empregados da própria cooperativa, podendo ser prestados mediante convênio com entidades especializadas.

§1º - Ficando sem utilização mais de 50% (cinquenta por cento) dos recursos anuais deste fundo, durante dois anos consecutivos, será procedida a revisão dos planos de aplicação devendo a Assembleia Geral seguinte ser informada e fazer as recomendações necessárias do cumprimento das finalidades objetivadas.

§2º - Revertem em favor do FATES além da porcentagem referida no Parágrafo 2º do Artigo 65º, as rendas eventuais de qualquer natureza, resultantes de operação ou atividades nas quais os cooperantes não tenham tido intervenção.

CAPÍTULO XI DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 69º - A cooperativa se dissolverá de pleno direito:

Quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que os cooperantes, totalizando o número mínimo de 20 (vinte) dos cooperantes presentes, com direito a voto, não se disponham a assegurar a continuidade da cooperativa devido à alteração de sua forma jurídica pela redução do número de cooperantes a menos de 20 (vinte) ou do capital Social mínimo, se até a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo não superior a 6 (seis) meses, esses quantitativos não forem restabelecidos pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 70º - Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral, esta nomeará um ou mais liquidantes e um Conselho Fiscal de 3 (três) membros para proceder à liquidação.

§1º - A Assembleia Geral, nos limites de suas atribuições, pode, em qualquer época destruir os liquidantes e um Conselho Fiscal, designando seus substitutos;



§2º - O liquidante deve proceder à liquidação de conformidade com os dispositivos da Legislação Cooperativista.

Art. 71º - Quando a dissolução da cooperativa não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas no Artigo 68º essa medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer cooperante.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 72º - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os princípios doutrinários e os dispositivos legais, ouvida a respectiva COOPERNOP.

Art. 73º - Os administradores declaram, sob pena da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da cooperativa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, a pena que vede ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra normal de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Este estatuto foi lido e aprovado todos os artigos em Assembléia de Constituição, realizada em ficando nomeado o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da COOPERNOP conforme descritos abaixo:

PRESIDENTE DA COOPERNOP

DR CLÁUDIO GUIMARÃES
ADVOGADO

OAB N. 121.796/PR

09.157.307/0001-75
CRAR - Organização Evangélica
de Assistência Educacional e
Social do Cornélio Procopio
Rua Portugal, nº 502
Centro - CEP 86300-000
Cornélio Procopio - Paraná



JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL DE CORNÉLIO PROCOPIO
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 14/03/2012
SOB NÚMERO 1400021360
Protocolo: 12/089567-6, DE 13/02/2012

COOPERNOP - COOPERATIVA SUL-LESTE DO PARANÁ

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETÁRIO GERAL



Edir de Paula Ferreira
RG 0 153 455-1 PR